







REGRAS DE REGISTO

FORMAÇÃO: Gestão Operacional de um ccTLD

Maria Monteiro, .PT Coordenadora de Operações e Negócio









Porquê Regras de Registo?

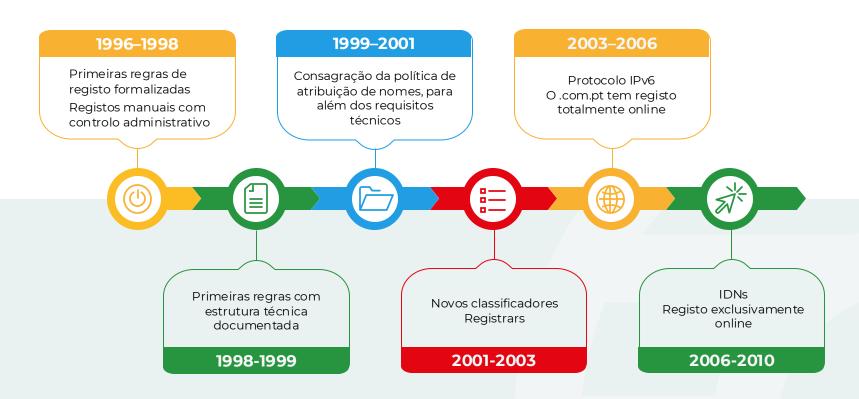
- Garantem **ordem** e **previsibilidade**
- Asseguram **equidade** e **transparência** no acesso aos domínios
- Protegem interesses públicos e direitos legítimos
- Reforçam a **confiança** dos utilizadores e do mercado
- Permitem **crescimento sustentável e credível** do ccTLD







Evolução das Regras de Registo de .pt



^{*} Todas as Regras estão disponíveis publicamente em www.pt.pt







Evolução das Regras de Registo de .pt



^{*} Todas as Regras estão disponíveis publicamente em www.pt.pt





Processo de Revisão das Regras de Registo do .PT











- Como pode ser feito o registo (Art. 1°)
 - Através de um **registrar** acreditado
 - Diretamente em www.pt.pt
- Quando é que o registo é válido (Art. 2°)
 - Cumpre todas as condições técnicas, administrativas e jurídicas
 - O preço está pago
 - Se faltar informação técnica → fica em Reserved
 - Se estiver completo → passa a Registered









- Condições de delegação (Art. 3°)
 - A delegação depende da correta configuração dos servidores de nomes
 - O domínio deve ter pelo menos 2 servidores autoritários, funcionais e distintos
 - Os servidores devem responder **consistentemente** e cumprir boas práticas de DNS
 - Se a delegação falhar -> o domínio mantém-se em estado Reserved até correção









🧰 Comunicação oficial (Art. 4°)

- Meio **principal**: correio eletrónico, usando os contactos indicados no registo
- As notificações são consideradas **válidas** quando enviadas para esses contactos

Composição do nome de domínio (Art. 5°)

- Entre 2 e 63 caracteres do conjunto 0-9 e a-z
- Pode ser **IDN**, com caracteres especiais do alfabeto português
- Só é permitido o hífen como separador, não no início nem no fim









Não admissibilidade dos nomes (Art. 6°/1) + Art. 7°))

- Corresponda a um **nome já registado** na mesma hierarquia
- Corresponda de forma manifesta a linguagem obscena ou a palavras ou expressões contrárias à lei
- Corresponda a uma denominação de origem ou indicação geográfica nacional ou europeia, protegida nos termos da lei aplicável
- Corresponda a **nomes de âmbito geográfico** (nome de país; freguesia, município ou região administrativa portuguesa; nome de capital ou cidade estrangeira que, pela sua notoriedade e relevância, seja do conhecimento comum)









- Não admissibilidade dos nomes (Art. 6°/2) + Art. 27°/3))
 - O nome de domínio não deve ainda corresponder à reprodução de uma marca, nome ou designação
 - A marca, nome ou designação devem ser de conhecimento amplo e generalizado
 - Tem que existir uma apropriação abusiva e com má fé
 - Tem que existir um direito ou interesse de terceiro legalmente protegido









- Análise da conformidade do nome de domínio (Art. 8°)
 - Análise feita mediante amostragem e no prazo máximo de **10 dias** após o registo
 - É analisada a conformidade do nome e exatidão dos dados
 - Pedido de prova adicional em caso de dúvida com prazo de resposta de 2 dias -> Remoção em caso de incumprimento ou falta de prova
 - Lista dinâmica de nomes bloqueados, com possibilidade de prova de legitimidade
 - Encaminhamento para **arbitragem** em caso de conflito







Outros classificadores (Art. 9° a 11°)

- .com.pt aplica-se as condições gerais, exceto a limitação dos nomes de âmbito geográfico
- gov.pt registo feito através do CEGER, ao abrigo de regulamento próprio
- Outros registos previstos na lei

Alteração do nome de domínio (Art. 12°)

- Regra geral o nome de domínio não pode ser alterado
- Exceção: domínios atribuídos ao abrigo de protocolos específicos









- Transferências e Alterações Técnicas (Art. 14° a 16°)
 - Transferência de titularidade e de gestão pode ser pedida pelo titular ou pela entidade gestora
 - Transferência de responsabilidade técnica pode ser pedida pela **gestora**
 - Pode ser solicitada **documentação** que comprove a legitimidade do pedido
 - Pedidos feitos online; pedidos manuais têm custo administrativo
 - Não é possível transferir titularidade de domínios em pending-delete ou com processos judiciais/arbitrais









- Transferências e Alterações Técnicas (Art. 14° a 16°)
 - Transferência de titularidade possível na sequência de decisão judicial, arbitral ou notificação de entidade competente
 - Na alteração de titularidade, todas as condições e termos do domínio mantêm-se
 - Em caso de falecimento, dissolução ou perda de estatuto da gestora, a gestão passa para o titular
 - Alterações técnicas (ex.: servidores de nomes) são feitas pelo responsável técnico









Renovação e Pagamentos (Art. 17° a 20°)

- Renovação até ao fim da vigência + 30 dias adicionais (pending-delete) sem delegação
- Sem renovação após esse prazo → **remoção** e disponibilização do domínio
- Não renovação não produz efeitos se houver processo judicial/arbitral pendente
- Registo e renovação sujeitos ao preço em vigor
- Emissão de fatura/recibo, por regra em formato eletrónico
- Possibilidade de **devolução de valores** em casos de remoção ao abrigo do Art. 8.º









- Remoção por vontade do registrant e da entidade gestora (Art. 21°)
 - Remoção pode ser pedida pelo registrant ou pela entidade gestora, online ou por pedido formal
 - Se o pedido for da entidade gestora, o registrant é notificado e pode opor-se no prazo de 8 dias
 - Não é permitida a remoção se houver ação judicial ou arbitral pendente
 - A remoção não dá direito a reembolso









Remoção pelo .PT (Art. 22°)

- Perda do direito ao uso do nome, designadamente por decisão judicial, arbitral ou notificação de entidade competente
- Dissolução / cessação de atividade do registrant, se for pessoa coletiva
- Insuficiência, incorreção ou falsidade dos dados de identificação ou contacto
- Associação do domínio a dados de terceiro sem autorização
- Não acionamento da renovação

- Nos casos de dissolução da atividade do registrant e problemas com dados o .PT notifica o registrant e a entidade gestora e a remoção torna-se efetiva ao fim de 8 dias, se não forem sanados os motivos
- Nos restantes casos a remoção é **imediata**
- O domínio pode ainda ser removido de imediato após notificação de autoridade pública competente, quando conflituar de forma inequívoca com a designação de iniciativa ou serviço público com fins sociais, de saúde pública, humanitários ou educativos







- Direitos e responsabilidades do registrant (Art. 23°)
 - Direito de uso exclusivo e renovável sobre o domínio
 - Direito de **transferir** o domínio
 - Deve cumprir as **regras e a lei**
 - Deve abster-se de qualquer **uso ilício**
 - Responsável por **danos** decorrentes do registo e uso do domínio
 - Responsável pelos subdomínios









- Responsabilidades da entidade gestora (Art. 24°)
 - Informa o titular sobre termos, condições e procedimentos do domínio
 - **Responde perante o .PT** por atos ou omissões no registo e manutenção e remoção
 - Deve fornecer e manter dados exatos e atualizados
 - Deve disponibilizar dados de contacto diretos do titular
 - Se for registrar, aplica-se contrato autónomo para responsabilidades/direitos







- Responsabilidades do .PT (Art. 25°)
 - Garante a **manutenção técnica, jurídica e administrativa** do espaço de nomes .pt
 - **Responsabilidade contratual limitada** a situações de dolo ou culpa grave
 - Comunica ao titular (e autoridade competente) sempre que detete possível DNS Abuse associado ao domínio
 - Não responde por danos causados por uso do domínio, conteúdos ou ações do titular (incluindo DNS Abuse)
 - Não é responsável **por conflitos resultantes da relação contratual entre titular e entidade gestora**











Resolução de Conflitos (Art. 26° a 28°)

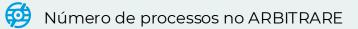
- Os litígios sobre nomes de domínio **não são decididos pelo .PT**
- É possível recorrer à arbitragem voluntária através do ARBITRARE-Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações contra o titular e contra o .PT
- A avaliação do nome de domínio é feita com base nas Regras de Registo
- As decisões arbitrais podem determinar a manutenção, remoção ou transferência do domínio
- O nome de domínio pode ser **temporariamente suspenso** durante o processo, se decretado pelo tribunal
- As decisões arbitrais são executadas pelo .PT após notificação













2021 2022 2023 2024







- Dados pessoais (Art. 13°, 29° e 30°)
 - Os dados necessários são **nome**, **morada**, **país**, **email**, **telefone** e **NIF**
 - Titular tem possibilidade de aceder, atualizar e retificar os dados do domínio
 - Dados pessoais **tratados para gestão e manutenção** do domínio (.PT como responsável)
 - Podem ser **partilhados com autoridades** quando necessário
 - Titulares têm direitos de limitação, oposição e eliminação dos dados
 - WHOIS divulga apenas dados permitidos por lei ou consentimento, garantindo acesso e correção









- Entrada em vigor (Art. 31°)
- Contagem de prazos (Art. 33°)
- Revisão das Regras (Art. 34°)
- Glossário









E se este domínio fosse pedido no vosso ccTLD...?

A **TecnoRepara, Lda.**, empresa que explora várias lojas de reparação de telemóveis e tem sede na capital do vosso país, apresentou um pedido de registo do domínio reparacao-samsung.pt, fornecendo todos os dados de contacto.

A expressão "reparacao-samsung" <u>não corresponde a uma marca</u> registada. No entanto, a marca "SAMSUNG" encontra-se devidamente registada no organismo nacional competente em matéria de propriedade industrial em nome da Samsung Electronics Co., Ltd.

O domínio em causa não contém ainda qualquer conteúdo ativo, tendo a empresa declarado que pretende utilizá-lo para promover online os serviços de reparação de equipamentos da marca Samsung que presta nas suas lojas.







Boas práticas

- Regras claras e vocabulário simples
- Divulgação online das Regras
- Revisão periódica
- Representação multidisplicinar e consulta aos stakeholders
- 혀 🛮 Adaptar à realidade local





Coalition for Digital Africa



QUESTÕES?

Comentários? Sugestões?





Coalition for Digital Africa



Obrigad@



